



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

**CARF**

<b>Processo nº</b>	11853.001416/2007-13
<b>Recurso</b>	Embargos
<b>Acórdão nº</b>	<b>2202-010.690 – 2ª Seção de Julgamento / 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	07 de maio de 2024
<b>Embargante</b>	TITULAR DE UNIDADE RFB
<b>Interessado</b>	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA E FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

**PERÍODO DE APURAÇÃO:** 01/01/2014 A 01/06/2017

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

Verificada a existência de erro material no Acórdão, cumpre acolher os embargos de declaração para sanar o vício apontado

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração, sem atribuição de efeitos infringentes, para sanar o erro material apontado.

(documento assinado digitalmente)

Sonia de Queiroz Accioly- Presidente e Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Sara Maria de Almeida Carneiro Silva, Ana Claudia Borges de Oliveira, Thiago Buschinelli Sorrentino e Sonia de Queiroz Accioly (Presidente).

## **Relatório**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela Unidade Preparadora da RFB em face do Acórdão nº 2202-009.814 proferido por esta 2ª Turma Ordinária, em sessão plenária de 06 de abril de 2023.

O Despacho de Admissibilidade consta com o seguinte teor:

O despacho de encaminhamento aponta para a existência de erro no provimento parcial ao recurso voluntário sob fundamento de que a responsabilidade do sujeito passivo não foi solidária, como apontado no acórdão, mas sim pessoal ao dirigente do órgão público.

De fato, da leitura do inteiro teor do acórdão constata-se que assim restou disposto acerca da infração:

(...)

Quanto ao julgamento da matéria restou assentado que:

*Não obstante, tal preceito legal foi revogado pelo artigo 65, inciso I da MP 449/2008, posteriormente convertida na Lei 11.941/09.*

*Assim, aplicável ao caso o que prevê o art. 106 da Lei 5.172/66 (CTN) que dispõe:*

(...)

*No mesmo sentido, o enunciado da Súmula CARF nº 65:*

*Súmula CARF nº 65:*

*Inaplicável a responsabilidade pessoal do dirigente de órgão público pelo descumprimento de obrigações acessórias, no âmbito previdenciário, constatadas na pessoa jurídica de direito público que dirige.*

*Portanto, procedente o apelo recursal.*

*Por esse motivo, resta prejudicada a análise das demais questões suscitadas na peça recursal. Logo não o pedido de cancelamento da autuação.*

*Não houve apresentação de recurso da Fundação Universalidade Brasília nos presentes autos.*

#### **CONCLUSÃO.**

*Pelo exposto, voto por DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para acolher a preliminar excluir a responsabilidade solidária de LAURO MORHY. (grifamos)*

Pelo exposto, verifica-se que, de fato, foi dado provimento parcial sob fundamento de exclusão da responsabilidade solidária, entretanto, no caso dos autos, a responsabilidade é pessoal do dirigente por expressa disposição legal, ficando caracterizado o erro material a ser sanado mediante a prolação de novo acórdão, conforme art. 117, Anexo do RICARF

Diante da admissão dos Embargos de Declaração pelo Presidente da 2<sup>a</sup> Turma Ordinária da 2<sup>a</sup> Câmara da 2<sup>a</sup> Seção do CARF, os autos vieram conclusos para julgamento.

#### **Voto**

Conselheira Sonia de Queiroz Accioly, Relatora.

Os embargos foram admitidos para sanar erro material apontado pela Unidade Preparadora.

Correta a peça apresentada pela Unidade Preparadora da RFB. A responsabilidade imputada foi pessoal e não solidária.

Assim, o dispositivo merece correção, a fim de que nele conste: *Pelo exposto, voto por DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO para acolher a preliminar excluir a responsabilidade pessoal de LAURO MORHY.*

**Conclusão.**

Ante o exposto, voto por acolher os embargos de declaração, sem atribuição de efeitos infringentes, para sanar o erro material apontado.

(documento assinado digitalmente)

Sonia de Queiroz Accioly